

COVID-19 NAS EMPRESAS GAÚCHAS: UMA ANÁLISE DOS IMPACTOS PARA A SUSTENTABILIDADE E COMPETITIVIDADE DOS NEGÓCIOS¹

Lucas Veiga Ávila²
Bárbara Fritzen³
Luana Inês Damke⁴

Texto para Discussão - 20

Texto Publicado em: 13/10/2020

Resumo: A pandemia da COVID-19 não só causou sérios problemas aos sistemas de saúde, como também gerou uma grave crise econômica mundial. Como reação a COVID-19, muitos países adotaram várias diretrizes, que incluem o encerramento, restrições ou mesmo suspensão de atividades ligadas aos mais diversos setores. O presente estudo, tem como objetivo analisar o impacto da COVID-19 nas empresas gaúchas no que se refere a sustentabilidade e competitividade dos negócios, identificando quais ações e estratégias vêm sendo usadas para minimizar os efeitos da crise. De natureza descritiva e quantitativa, esta pesquisa foi desenvolvida por meio da aplicação de questionário (*survey*) a 265 empresas gaúchas. Como principais resultados destaca-se o perfil das empresas, impacto financeiro, padrões atuais entre as empresas e como elas estão lidando com a crise e as medidas estratégicas que planejam tomar no futuro.

Palavras-chave: COVID-19; Sustentabilidade; Competitividade.

1 INTRODUÇÃO

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou oficialmente o surto de coronavírus como uma pandemia global (Zhang et al., 2020). A COVID-19 é uma doença causada pelo coronavírus, denominado SARS-CoV-2, que apresenta um espectro clínico variando

¹ Texto para discussão do Observatório Socioeconômico da COVID-19, projeto realizado pelo Grupo de Estudos em Administração Pública, Econômica e Financeira (GEAPEF) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e que conta com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERS) por meio do Edital Emergencial 06/2020 como resposta à crise provocada pela pandemia da COVID-19.

² Universidade Federal de Santa Maria - Professor - Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis PPGCC e Programa de Pós-graduação em Engenharia da Produção – PPGEP, Doutor em Administração. Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: lucas.avila@ufsm.br;

³ Universidade de Passo Fundo – Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Engenharia Civil e Ambiental - UPF, Mestre em Engenharia Civil e Ambiental – UPF. Passo Fundo, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: barbara.m.fritzen@gmail.com;

⁴ Universidade Federal de Santa Maria - Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Administração, Mestre em Administração – UFSM. Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: luanadamke@hotmail.com.

de infecções assintomáticas a quadros graves e foi identificada pela primeira vez em dezembro de 2019, em Wuhan, na China (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020 b).

No Brasil, o primeiro caso foi notificado pelo Ministério da Saúde no dia 26 de fevereiro de 2020, no Estado de São Paulo, e desde então, os números vêm aumentando diariamente. No dia 11 de agosto, o número de casos confirmados já ultrapassava 3.035.000 e o número de mortos 101.000. A nível mundial são 19.936.210 casos confirmados e 732.499 mortes, nessa mesma data (WHO, 2020). No Estado do RS, também no dia 11 de agosto, havia a confirmação de 87.415 casos e 2.472 mortes, pela Secretaria Estadual da Saúde (2020). Além dos efeitos sobre a saúde das pessoas, a COVID-19 também está causando um impacto significativo sobre a economia mundial (Fernandes, 2020). Os impactos causados serão significativos tanto a curto quanto a médio prazo, levando muitos trabalhadores e empresas a enfrentar uma perda significativa de renda. A probabilidade de uma recessão mundial é alta, mas sua dimensão ainda é desconhecida e dependerá das medidas e políticas tomadas pelos governos para mitigar as consequências da pandemia nos mais diversos setores e atividades (Fernandes, 2020). Enquanto a comunidade científica se prepara para um complexo processo de busca da prevenção e cura desse temido vírus, a comunidade empresarial e administrativa precisa fazer o mesmo para minimizar os impactos econômicos da crise (Seetharaman, 2020).

Intuitivamente, entende-se que a crise não apenas deixará muitas organizações lutando pela sobrevivência, mas também as obrigará a buscar caminhos estratégicos alternativos. Se, por um lado, a crise impôs enormes desafios às organizações empresariais, por outro, também exigiu inovações, apresentando a elas a oportunidade de identificar novos modelos de negócios que lhes permitirão sobreviver à crise (Seetharaman, 2020).

Inovar não é necessariamente implementar uma nova tecnologia, mas criar uma nova maneira de lidar com os problemas, oferecendo uma solução rápida e que atenda às necessidades e expectativas dos clientes. E, neste caso, significa usar ferramentas e tecnologias que já existem para fazer a empresa e seus produtos chegar até os clientes nesse período de distanciamento social. A inovação é uma aliada importante neste momento e suas ferramentas podem ajudar a reduzir o impacto do coronavírus no desempenho das empresas.

É importante salientar, que os consumidores estão cada vez mais atentos aos valores das empresas com relação à sociedade. Mais do que responsabilidade social, a inovação deve estar

alinhada aos propósitos da empresa e aos interesses da sociedade como um todo. É preciso adotar melhores práticas ambientais, sociais e de governança no planejamento estratégico das empresas, uma vez que, os consumidores estão mais conscientes e as empresas serão avaliadas não apenas por seus indicadores financeiros. Cabe aproveitar esse momento para refletir sobre como o modelo de negócios ou os produtos podem contribuir para uma economia circular e mais sustentável.

Com base nisso, o presente estudo tem por objetivo analisar o impacto da COVID-19 nas empresas gaúchas no que se refere a sustentabilidade e competitividade dos negócios, identificando quais ações e estratégias vêm sendo usadas para minimizar os efeitos da crise. A seguir apresenta-se a seção de discussão composta da revisão da literatura, método e principais resultados. Por fim, as considerações finais e referências.

2 DISCUSSÃO

2.1 Sustentabilidade empresarial

A conceito formal de atendimento às necessidades presentes sem o comprometimento das gerações futuras, contemplando três pilares básicos - econômico, social e ambiental (*Triple Bottom Line*), consolidou-se no Relatório Brundtland– Nosso Futuro Comum, publicado no final da década dos anos 80 (WCED 1987). O desenvolvimento sustentável, termo utilizado para denominar este conceito, tem como premissa encontrar novas formas de desenvolvimento econômico, sem a redução dos recursos naturais e sem danos ao meio ambiente (Barbosa, 2008).

Cada vez mais, a temática da sustentabilidade vem sendo discutida, levando a mudanças de comportamento global, principalmente no que tange aspectos de consumo e produção (Paoli & Addeo 2018; Beuron 2016), sendo visto como um princípio orientador para o desenvolvimento global de longo prazo (UNCSD 2012).

A sustentabilidade conota uma complexidade intrínseca e apenas pode ser alcançada com a combinação de processos econômicos, sociais e ambientais de forma interligada e independente e mutuamente sustentados (UN 2014; Paoli & Addeo 2018; UNCSD 2012; Patrão et al. 2005), reduzindo o consumo de recursos naturais, porém mantendo o potencial econômico e a coesão

social (PATRÃO et al. 2005). Este é um conceito global, uma vez que o mundo está entrando em uma nova era de governança global para o desenvolvimento e o meio ambiente (Gore 2015).

Em 2015, as Nações Unidas, juntamente com seus 193 chefes de Estado e de Governo do mundo, ratificaram por unanimidade o documento “Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, um pacto com uma abordagem holística de uma ampla gama de temáticas em termos de pessoas, planeta, prosperidade, paz e parcerias (UNDP 2017; MARTINS et al. 2015; PNUD 2016).

A Agenda 2030 estabelece um conjunto de 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), acompanhados de 169 metas globais aspiracionais, sendo considerada como um consenso global sem precedentes, permitindo a preservação do ambiente físico, a eficiência econômica e a equidade social (UN 2015; Leal Filho et al. 2017). Os ODS contemplam desafios nos campos da inclusão econômica, diminuição do consumo de recursos naturais, instabilidade geopolítica, degradação ambiental e impactos multifacetados das mudanças climáticas, definindo uma agenda para o crescimento econômico inclusivo até 2030 (EY 2017). A Figura 1 demonstra os ODS relacionados aos pilares básicos do desenvolvimento sustentável.

Figura 1 - ODS e as dimensões básicas do desenvolvimento sustentável.



Fonte: Adaptado de Paoli & Addeo (2018).

Os ODS representam os maiores desafios e necessidades atualmente, requerendo ações coletivas através dos governos, sociedade civil, setor privado e comunidades e indivíduos

dedicados, além da necessidade de unir os recursos necessários, capacidade inovativa e parceiros para conduzir a implementação de tais ações (UNDP 2014). O setor privado na figura das empresas é um veículo de transformação e tem um papel crítico em prover soluções que podem contribuir para solucionar estes desafios e necessidades e gerar novas oportunidades, através do desenvolvimento de produtos e serviços sustentáveis para uma panaceia de questões ambientais e sociais (UNDP 2014; GRI & UNGC 2019; BOMBARDI et al. 2018; Youssef et al. 2017). As soluções de problemas sociais, ambientais e econômicos já são assunto recorrente no movimento do empreendedorismo inovador (BOMBARDI et al. 2018).

A crise desencadeada pela COVID-19 tem impactado o setor privado, o qual enfrenta inúmeros desafios e a necessidade de buscar modelos de negócios inovativos (Seetharaman 2020). Assim como as empresas, os ODS vêm sofrendo impactos que podem comprometer a consecução das metas estabelecidas na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Leal et al. (2020) identificam diversos impactos da COVID-19 aos ODS, citando que, devido ao fechamento mandatório ou adoção de medidas de distanciamento físico, principalmente micro e pequenas empresa estão sendo afetadas e os índices de desemprego tem aumentado, aumentando os níveis de desigualdade e as disparidades econômicas (ODS 1 – Erradicação da pobreza, ODS 8 – Trabalho decente e crescimento econômico e ODS 10 – Redução das desigualdades).

2.2 Programas e iniciativas para minimizar os impactos da COVID-19

A pandemia da COVID-19 tem exigido dos governos tomadas de decisão que tenham impacto social, sanitário e econômico em uma situação extremamente dinâmica. Tais decisões, críticas no combate à pandemia, têm sido realizadas frequentemente com dados e informações ainda incompletas (ALONSO et al, 2020). Ainda que todos os países atingidos pela pandemia estejam vivenciando sérios problemas econômicos, de acordo com o Banco Mundial (2020b), os efeitos da crise econômica nos países emergentes, infelizmente serão mais graves.

Segundo projeções do Banco Mundial (2020b), a economia do Brasil deve encolher em torno de 8% este ano em virtude da pandemia, uma das quedas mais acentuadas da história. Apesar da recessão ser sentida em toda a economia, estima-se que as empresas menores sejam as mais afetadas, uma vez que, tendem a fazer parte dos setores cujo trabalho requer interações pessoais, e

onde o trabalho em casa é menos difundido. Elas também tendem a empregar pessoas de baixa renda, além de ter menos reservas de caixa e, portanto, enfrentam um risco maior de passar de falta de liquidez para insolvência. Essas empresas menores incluem as mais de 5 milhões de fazendas familiares que produzem principalmente para consumo doméstico e que são vitais para a segurança alimentar no país (BANCO MUNDIAL, 2020a).

A partir de março de 2020, com a publicação Decreto Legislativo nº 6/2020, reconhecendo o estado de calamidade pública, o governo brasileiro passou a estabelecer medidas para o enfrentamento da doença, dentre elas, medidas para a área econômica. Para proteger as empresas, evitar demissões em massa e preservar a renda das famílias, o governo e o Banco Central lançaram um pacote de apoio às empresas e ao setor financeiro, incluindo medidas de apoio à liquidez, diferimento de impostos e medidas trabalhistas para compensar os salários, flexibilizar os contratos e aliviar os encargos regulatórios.

Além da manutenção da renda, os esforços do governo também estão concentrados na manutenção dos postos de trabalho. A reforma trabalhista de 2017, que regulou o trabalho em meio período, e a MP nº 936/2020, editada no início da crise, introduziram flexibilidades para as empresas dispensarem temporariamente os trabalhadores ou reduzirem as horas de trabalho sem ter que demiti-los.

O principal desafio, portanto, recai sobre os trabalhadores informais e autônomos, que estão mais expostos a choques de renda e não têm acesso a mecanismos formais de proteção de renda. Para auxiliá-los, o governo ampliou o Programa Bolsa Família para incluir 1,2 milhão de novas famílias que estavam na fila de espera e introduziu o programa de Auxílio Emergencial temporário, na forma de uma transferência mensal para trabalhadores informais, autônomos e desempregados sem os benefícios do seguro desemprego, além dos beneficiários do Bolsa Família (BANCO MUNDIAL, 2020a).

Além do governo, em todo o mundo, grandes empresas estão fazendo doações milionárias para ajudar no combate ao novo coronavírus e, no Brasil, a solidariedade também está ganhando espaço. Esse valor tem ultrapassado, inclusive, as barreiras da concorrência entre empresas e diversas marcas têm se unido em prol de campanhas de arrecadação financeira para apoiar os profissionais de saúde e pessoas em situação de pobreza.

Muitas empresas ainda têm receio de se posicionar frente às causas sociais, por medo de parecer uma estratégia oportunista para se promover. Porém, um levantamento realizado entre 18 e 23 de março pela MindMiners (2020) mostrou que os consumidores preferem marcas que estão fazendo algo para ajudar a população em meio à pandemia.

2.3 Método

Objetivando entender a relevância do fenômeno, descrevendo sua distribuição em um determinado escopo populacional, uma pesquisa quantitativa descritiva foi desenvolvida, através de um instrumento de coleta na plataforma Google Forms, desenvolvido por meio da revisão da literatura seguindo os preceitos de Malhotra et al. (2018) e dividido em questões objetivas de múltipla escolha, optativas ou de escala *Likert* em seções que visam compreender por meio de um contexto geral a “quarentena” e sua empresa, gestão empresarial, planejamento financeiro e impulsionadores e estratégias. Antes do envio aos participantes, o questionário foi pré-testado com especialistas e empresários.

O envio do instrumento para empresas no Rio Grande do Sul ocorreu entre abril e junho de 2020, por meio de e-mails, mídias sociais (*Facebook* e *Instagram*) e *WhatsApp*, bem como, convites em eventos e entrevistas em que os co-autores participaram durante o período de coleta. Para a análise dos dados, testes estatísticos de análise de frequência descritiva no software *SPSS* foram realizados.

2.4 Principais resultados

A amostra incluiu 265 respostas válidas de participantes de empresas do Rio Grande do Sul, sendo suas características gerais apresentadas nas Figuras 2 e 3.

Figura 2 - Principais características dos respondentes.

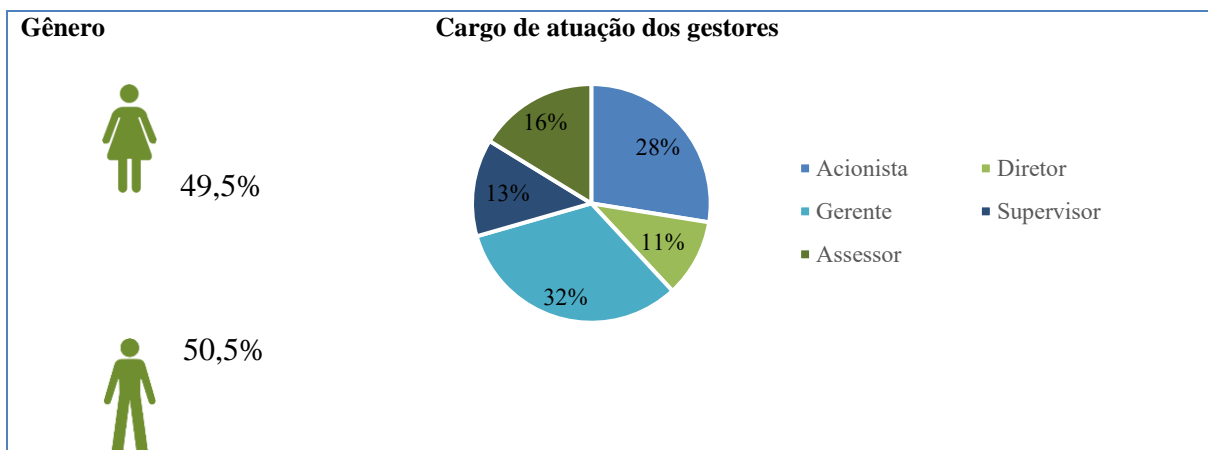
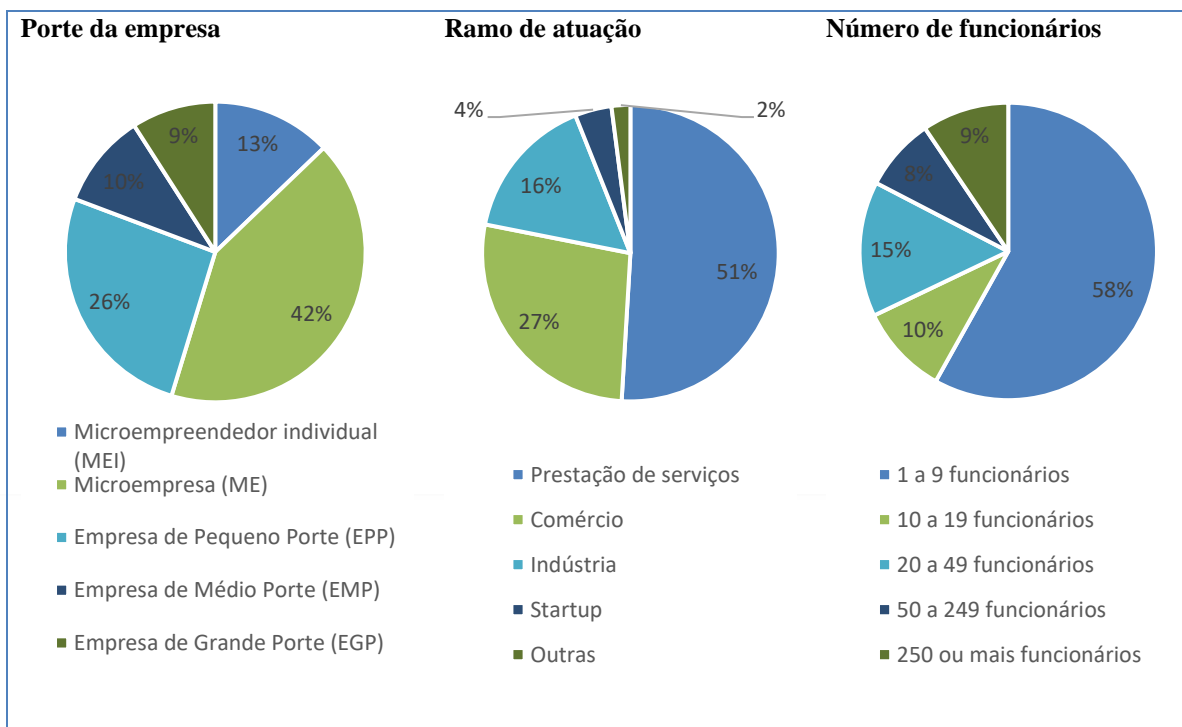


Figura 3 - Principais características das empresas.

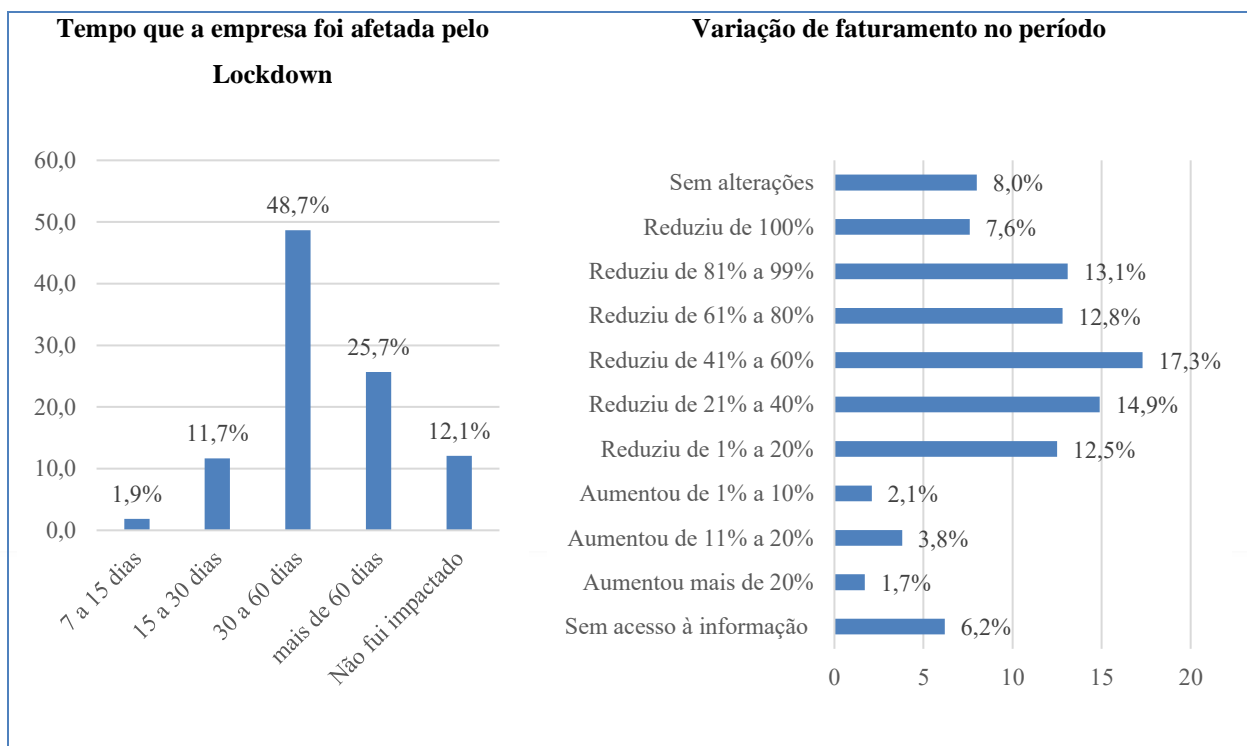


A maior parte da amostra (42%) classifica-se como microempresa (ME), 26% como empresa de pequeno porte (EPP) e 13% microempreendedor individual (MEI). No contexto brasileiro, há uma média de 20 milhões de empreendimentos e destes 70% são considerados MEI,

ME e EPP. Por ser a maioria micro e pequenas empresas, mais de 60% possuem menos de 20 funcionários. Quanto ao ramo de atuação, 51% classificam-se como prestação de serviços e 27% comércio. De acordo com o Banco Mundial (2020a), empresas menores, bem como dos segmentos de prestação de serviços e comércio poderão ser as mais impactadas ao final da pandemia, tendo em vista as restrições adotadas.

No que tange os enfrentamentos à pandemia da COVID-19, aspectos como o tempo que as empresas foram afetadas com a suspensão das atividades econômicas e administrativas e as mudanças nas vendas e faturamento também foram analisados no estudo e são apresentados na Figura 4, a seguir.

Figura 4 - Impactos da pandemia da COVID-19 sobre as empresas.



Como pode ser observado, 48,7% das empresas tiveram as atividades interrompidas de 30 a 60 dias, seguido de 25,7% que ficaram total ou parcialmente fechadas por mais de 60 dias. Os indicadores apontam que a maioria das empresas foi impactada, porém, 12,1% da amostra salienta

que não precisou parar suas atividades nesse período. No Estado do RS o Governo adotou um modelo de distanciamento controlado, que foi construído com base em critérios de saúde e de atividades econômicas. Criou-se um sistema de bandeiras, com protocolos obrigatórios e critérios específicos a serem seguidos pelos diferentes setores econômicos, tendo como objetivo o distanciamento social, através da redução do fluxo de pessoas nos estabelecimentos e nas ruas.

Como podemos observar na Figura 4, a maior parte das empresas (78,2%) afirmou ter sofrido uma redução no seu faturamento, 8% não percebeu alterações e 7,6% manifestou uma melhora no faturamento durante o período. Dados do *International Monetary Found* - FMI, indicam que em junho de 2020, as empresas tiveram um declínio do GPD global de 4,9% no ano em curso (FMI, 2020). O Rio Grande do Sul é considerado o 4º em posições de crescimento econômico, mesmo assim as empresas estão preocupadas com a sua liquidez e capacidade de suportar despesas operacionais, pagar fornecedores e preservar os empregos.

Muitos têm sido os obstáculos enfrentados pelas empresas durante esta grave crise econômica imposta pela COVID-19. A Tabela 1 demonstra os principais desafios enfrentados pelas empresas pesquisadas.

Tabela 1 – Desafios para as empresas

Desafios	Média*	Desvio padrão
Redução do volume de negócios (vendas e contratos)	4.15	1.26
Falta de planejamento público para a sobrevivência das empresas	3.83	1.33
Redução do investimento em infraestrutura, tecnologia, etc.	3.77	1.28
Insegurança dos colaboradores (aflição e preocupação pela possível perda do seu emprego)	3.73	1.37
Aumento da inadimplência dos clientes	3.61	1.36
Insegurança dos colaboradores (pelo risco de serem infectados pelo vírus)	3.52	1.36
Redução de investimentos para o desenvolvimento de novos produtos e/ou serviços	3.52	1.37
Aumento dos custos da matéria-prima e/ou custos dos fatores de produção	3.51	1.32
Falta de uma política pública efetiva para auxiliar na manutenção dos empregos	3.46	1.41
Necessidade de colocar minha saúde em risco, pelo bem da saúde financeira da empresa	3.45	1.49
Falta de incentivos para pagar fornecedores	3.37	1.37
Suspensão das atividades em creches e escolas dos filhos dos colaboradores, impossibilitando-os de ir trabalhar	3.35	1.36
Falta de financiamento para manter as despesas operacionais	3.27	1.33
Impossibilidade de colaboradores trabalharem em casa (home office)	3.14	1.53
Grande número de colaboradores do grupo de risco, incapazes de trabalhar	3.07	1.42
Falta de políticas e diretrizes para proteção da saúde dos colaboradores que estão em casa	3.06	1.35
Dificuldade no controle de colaboradores que realizam trabalho de casa (home office)	3.03	1.36
Altos custos logísticos para envio de produtos aos clientes	2.99	1.32
Falta de matéria prima, insumos e/ou produtos para manter as atividades	2.92	1.32
Falta de ferramentas/tecnologias ou conhecimento para vender pela internet	2.65	1.32
Para a questão, foi utilizada a seguinte escala*: 1 - Discordo fortemente; 2 - Discordo parcialmente; 3 - Nem concordo nem discordo; 4 - Concordo parcialmente; e - 5 - Concordo totalmente		

Os resultados desta pesquisa são semelhantes aos estudos de McCann e Myers (2020, p. 2) que analisam o efeito da liquidez insuficiente nas empresas devido à crise da COVID-19. Embora o novo normal tenha se tornado assunto frequente, ninguém sabe exatamente o que ele representa e como as relações humanas, profissionais e comerciais se darão em um mundo pós-pandemia. Pensar nesse novo mundo está sendo muito desafiador para a maioria, apesar da retomada de setores da economia e a flexibilização do distanciamento social apontarem algumas direções.

Independentemente da direção a ser seguida, as mudanças estruturais e comportamentais instituídas pela pandemia impõem alguns novos desafios às empresas, que vão desde rever a presença dos colaboradores nas suas instalações até uma maior compreensão da geopolítica global.

Outros aspectos da análise transparecem o quanto a estrutura organizacional das empresas gaúchas foi afetada pela instabilidade dos recursos de venda e/ou comercialização, prestação de serviços e manufatura, que resultam no fluxo de entrada e no faturamento delas. Além da redução no faturamento, houve também uma desvalorização da nossa moeda diante das moedas do contexto internacional nesse período, ocasionando aumento nos custos de matérias-primas, tecnologia, logística e principalmente o abastecimento das operações. McCann e Myers (2020, p. 2) referem que "quando as empresas dependem de insumos de empresas a montante que não podem operar devido à COVID-19, pode ser que as empresas a jusante lutem para obter os insumos de que necessitam".

Neste contexto, as empresas estão cientes de que estratégias deverão ser reforçadas ou tomadas para o enfrentamento pós-crise. Destaca-se que mais de 80% das empresas afirmaram que irão realizar mudanças no seu formato competitivo e organizacional. A Figura 5 demonstra as estratégias que os empresários pretendem adotar, correlacionando as mesmas aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Figura 5 - Estratégias pós pandemia da COVID-19 e os ODS impactados



Algumas estratégias a serem adotadas pelas empresas impactam positivamente os ODS, tais como: inovação de produtos e serviços para atendimentos a crises futuras; aperfeiçoamento de processos produtivos, reduzindo custos e impactos ambientais; preconização de produtos regionais; redução de emissões devido a atividades de *home office*.

Os ODS ao mesmo tempo que sofreram forte revés com a pandemia da COVID-19, são um norte para o combate a mesma e, igualmente, um guia para recuperar as nações rumo ao desenvolvimento sustentável calcado nos seus quatro pilares, consoante Sachs (2015): a- a boa-governança; b- a tutela ambiental; c- o desenvolvimento econômico; d- a inclusão social. Dessa forma, os ODS serão fundamentais para guiar governos, corporações e a sociedade civil para a reconstrução de um verdadeiro novo normal, comprometido com o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana e com a tutela do meio ambiente como direito fundamental de novíssima geração ou de terceira dimensão (WEDY, 2020).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da pesquisa demonstraram que grande maioria das empresas foram gravemente afetadas em suas estratégias, iniciativas e programas. A retomada das atividades econômicas vão permitir que as empresas tomem decisões prioritárias, investindo em estratégias para redução de custos e busca pela competitividade, podendo investimentos em sustentabilidade não ser mais a prioridade nesse momento.

Dessa forma, pode haver um relevante impacto para o atendimento dos objetivos da Agenda 2030 nesse momento. Corre-se o risco de ampliar a pobreza e a desigualdade social, limitar a disponibilidade de serviços médicos, gerando prejuízos à saúde da população mundial. Porém, espera-se que a crise gere também uma reflexão e uma mudança de comportamento, para que o mundo, mesmo com todas essas dificuldades, consiga atingir os ODS nesse tempo que ainda resta até 2030.

De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, soluções integradas são a única maneira pela qual seremos capazes de construir um futuro mais verde e inclusivo para ajudar os países a cumprir as metas até 2030. É preciso pensar além dos muros das nossas casas e empresas, identificando ações que podemos realizar para somar esforços com governos e organizações para minimizar os problemas e impactos causados pela COVID-19.

REFERÊNCIAS

ALONSO, W.L. et al. (2020). Covid-19 em contexto: comparação com a mortalidade mensal por causas respiratórias nos estados brasileiros. **InterAmerican Journal of Medicine and Health**, v. 3, p. 1-21.

BANCO MUNDIAL. (2020a). COVID-19 no Brasil: Impactos e Respostas de Políticas Públicas. Disponível em: <http://documents1.worldbank.org/curated/en/106541594362022984/pdf/COVID-19-in-Brazil-Impacts-and-Policy-Responses.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2020.

BANCO MUNDIAL. (2020b). Perspectivas Econômicas Mundiais: América Latina e Caribe, 2020. Disponível em <http://pubdocs.worldbank.org/en/609221588788227652/Global-Economic-Prospects-June-2020-Regional-Overview-LAC-PT.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2020.

BARBOSA, GS. (2008) O desafio do Desenvolvimento Sustentável. *Revista Visões*, 4(1).

BEURON, T. Contribuições para um modelo de universidade verde: competências e comportamentos para a sustentabilidade. 2016. 201 f. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016.

BOMBARDI, F.; FUKAYAMA, M.; HAMRA, S. (2018) Negócios de impacto. ANPROTEC, 2018. Disponível em: < <https://informativo.anprotec.org.br/ebook-negocios-de-impacto>>. Acesso em: 12 jun. 2020.

FERNANDES, N. (2020). Economic effects of coronavirus outbreak (COVID-19) on the world economy. *Available at SSRN 3557504*.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE (GRI); UNITED NATIONS GLOBAL COMPACT (UNGC) (2019). Integrating the SDGs into corporate reporting: a practical guide. 2019. Disponível em: < https://www.globalreporting.org/resource/library/GRI_UNGC_Reporting-on-SDGs_Practical_Guide.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2020.

GORE, C. (2015) The Post-2015 moment: towards sustainable development goals and a new global development paradigm. *Journal of International Development*, v. 27, P. 717-732.

LEAL FILHO, W. et al. (2017). Identifying and overcoming obstacles to the implementation of sustainable development at universities. *Journal of Integrative Environmental Sciences*, v. 14, p. 93-108.

LEAL FILHO, W. et al. (2020) COVID-19 and the UN Sustainable Development Goals: Threat to Solidarity or an Opportunity? *Sustainability*, 12(5343). doi:10.3390/su12135343

MALHOTRA, N. K., NUNAN, D., & BIRKS, D. F. (2018). *Marketing research: An applied approach*. (Fifth). Pearson Education Limited.

MARTINS, C. H. B. et al. (2015) Da Rio-92 à Rio+20: avanços e retrocessos da Agenda 21 no Brasil. *Indicadores Econômicos FEE*, v. 42, P. 97-108.

MCCANN, F., & MYERS, S. (2020). COVID-19 and the transmission of shocks through domestic supply chains (No. 3/FS/20). *Financial Stability Notes*. Retrieved from <https://ideas.repec.org/p/cbi/fsnote/3-fs-20.html>.

MINDMINERS (2020). Monitoramento COVID-19: 17ª e 18ª ondas. Disp: <https://www.nuvemshop.com.br/blog/responsabilidade-social-combate-covid-19/>. Ac: 12 ago. 2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. (2020a). Brasil confirma primeiro caso da doença. Disponível em: <https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/46435-brasil-confirma-primeiro-caso-de-novo-coronavirus>. Acesso em: 11 ago. 2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. (2020b). O que é COVID-19. Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca#o-que-e-covid>. Acesso em: 11 ago. 2020.

PAOLI, A. D.; ADDEO, F. (2018) Assessing SDGs: a methodology to measure sustainability. *Athens Journal of Social Sciences*, v.10, n. 150.

SACHS, J. (2015). *The Age of Sustainable Development*. New York: Columbia University Press, 2015, p. 14.

SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. (2020) Painel Coronavírus RS. Disponível em: <https://ti.saude.rs.gov.br/covid19/>. Acesso em 11 ago. 2020.

SEETHARAMAN, P. (2020). Business models shifts: Impact of Covid-19. *International Journal of Information Management*, 54, 102173.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON SUSTAINABLE DEVELOPMENT (UN CSD). *The Future WeWant*. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://www.un.org/disabilities/documents/rio20_outcome_document_complete.pdf>. Acesso em 02 jun. 2020

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME (UNDP). (2014). *A world that counts: mobilising the data revolution for sustainable development*. New York: United Nations, 2014.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME (UNDP). (2017). *Learning Module 1: Localizing the SDGs/ Introduction.2017*. Disponível em: <https://issuu.com/uclgcglu/docs/learning_module1_localizing_the_sdg>. Acesso em: 18 de ago. 2020.

UNITED NATIONS. (2014). *A world that counts: mobilising the data revolution for sustainable development*. New York: United Nations, 2014. Disponível em: <<http://www.undatarevolution.org/wp-content/uploads/2014/11/A-World-That-Counts.pdf>>. Acesso em 10 ago. 2020.

WEDY, G. (2020). Relatório 2020 dos ODS: pandemia e o desenvolvimento sustentável. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2020-jul-11/ambiente-juridico-relatorio-2020-ods-pandemia-desenvolvimento-sustentavel>>. Acesso em 10 ago. 2020.



Ministério da Educação
Universidade Federal de Santa Maria
Observatório Socioeconômico da COVID-19



WHO. (2020). **Coronavirus disease 2019 situation report-204** World Health Organization. Disponível em: <https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/situation-reports/20200811-covid-19-sitrep-204.pdf?sfvrsn=1f4383dd_2>. Acesso em: 11 ago. 2020.

ZHANG, D., HU, M., & JI, Q. (2020). Financial markets under the global pandemic of COVID-19. *Finance Research Letters*, 101528.



OSE
Observatório
Socioeconômico
da COVID-19